**PRONUNCIAMENTO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,
MÁRCIO ELIAS ROSA, NA ABERTURA DO I ENCONTRO NACIONAL DO MP.
SÃO PAULO, 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

Estimados Colegas de Ministério Público, companheiros de jornada,

Honra-me a oportunidade de, na condição de Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, promover a abertura desse encontro nacional de Ministério Público e fazê-lo na companhia e na presença de tão ilustres representantes da Instituição e de seu pensamento contemporâneo.

A ideia dessa grande oficina de trabalho, a sua promoção pela Escola Superior do MP de São Paulo, foi permeada por grandes desafios.

O primeiro deles, atrair a atenção e o interesse de colegas de São Paulo e do Brasil, dispostos ao encontro, superando todas as dificuldades presentes para aqueles que se dedicam dia após dia ao trabalho das Promotorias e Procuradorias de Justiça.

O segundo, que todos estejamos imbuídos e orientados ao pensamento crítico e à reflexão sobre o papel institucional e a função de cada um no contexto atual do Estado brasileiro. Encontro que tem a pretensão de sugerir o debate e de promover o diálogo, assentado na máxima de que já não é mais hora para enaltecer os predicados conhecidos do Ministério Público, mas de seguir adiante na busca por uma conformação constitucional, legal e, sobretudo, prática que nos torne ainda mais merecedores de predicamentos.

Reflexão que deveria ter o seu início em 6 de outubro de 1988, marca do tempo em que nós nos habilitamos ao que hoje fazemos; reflexão que nos impõe de modo coercitivo a consciência ética típica daqueles que escolhem o ofício público como forma de subsistência

própria; reflexão que nos exige a sociedade civil que sofre ainda e muitas vezes calada diante de indicadores sociais desfavoráveis à imensa maioria do povo que habita o mesmo território em que nós nos anunciamos promotores da justiça.

Reflexão ainda mais cogente ante o dado certo de que o Estado brasileiro, malgrado vinte e cinco anos de período constitucional, não foi ainda capaz de rever procedimentos processuais, redefinir o direito material e em larga medida segue incontestemente a incapacidade do Poder Judiciário para fazer frente à imensidão de feitos que se avolumam e que aguardam julgamento.

A cultura da judicialização, esta que fomenta a intervenção judicial, sobretudo pelo próprio Estado, nos relega algo em torno de 100 milhões de processos judiciais no País e a persistência de um déficit gerada pela incapacidade – previsível – de concluir número superior aos que diariamente aportam nas vias judiciais. A cultura do Judiciário como monopólio da solução de conflitos dificulta e retarda a adoção de novas formas de composição, como a mediação, a justiça restaurativa e a própria difusão das ações coletivas por outros legitimados.

Será nesse contexto, portanto, que as reuniões de trabalho se darão, já se sabendo que há muito a ser efetuado, debatido e indagado.

Reflexão que nos remete à discussão do modelo organizacional do Ministério Público; do seu modo de promover a política institucional interna e que nos impõe a formação de alguma doutrina sobre o que fazemos e deveremos ainda fazer.

Todo projeto de transformação, de renovação, assentado em postura crítica é resultante de um ato de coragem; projetar o futuro é seguir no rumo do desconhecido, e o que a partir de agora nós os convidamos a realizar é o debate em torno de como seguirá atuando a Instituição no tempo presente e no futuro próximo e por qual modo pode ela contribuir para a evolução da atuação dos Poderes do Estado.

Na aventura do projeto a ser realizado há o abandono da segurança do passado e a aposta no futuro, ainda que incerto; o passado conforma as pistas, ensina, educa, mas o projeto segue sendo uma aposta no futuro.

Atribui-se a Platão a máxima correta de que um Estado só poderá ter êxito se dirigido por homens que pensam; para os que não pensam, só resta a tirania. Dentre tantos os exemplos colecionados para fundamentar a máxima de que sem pensamento não há democracia, tem-se a primeira referência de assembleia grega, descrita por Homero, na *Ilíada*. Diante de grave conturbação, doenças, interminável conflito bélico, ofensas públicas, uma assembleia de soldados assiste a um debate entre o campeão Aquiles e o chefe das tropas.

Diante de temas tão sensíveis para aquela sociedade, indaga Donald D. Sussman (no seu *Origens do discurso democrático*), deveria a assembleia ocorrer?; assuntos de tamanha gravidade podem ser debatidos no entorno de todos? Ele próprio responde: até as questões militares de interesse geral devem ser avaliadas e decididas na presença de todos; é o que se sente da índole democrática grega, porque “o homem grego não foge da divergência, convive com ela, educa-se nela”.

A democracia não soluciona conflitos; ela os cultiva, é essa a lição da *Ilíada*, mas dela também se extrai que a democracia não vive sem paixão e será do equilíbrio entre a razão e a paixão que o campo democrático fincará raízes mais profundas e sólidas. Afinal, democracia não é regime a ser outorgado, mas conquistado, como todos os direitos fundamentais dos homens, a iniciar pela liberdade, liberdade em todas as suas vertentes.

O homem pode tanto quanto sabe e a paixão e a razão se alinham porque, como conhecem os que já vivem o tempo da memória de que falou Bobbio, não é só da razão que deriva o pensamento e a ação. O sentimento é também energia.

E aqui, alimentados pela paixão de desejar transformar e pela razão cultivada pela experiência, damos início a um ciclo de estudos que tende a ser significativo e histórico. O que agora nós nos propusemos a realizar é o amplo e público debate, da Instituição e de seu pensamento crítico.

O que também é proposto é que nós, que construímos a cada dia o Ministério Público a partir da nossa atuação cotidiana, passemos em revista o modelo atual de Instituição e formulando o pensamento crítico sejamos capazes de projetar o futuro, assentado no amplo debate público. O que reclama a sociedade é que o Ministério Público se lhe apresente capaz, consequente e resolutivo. O que anseiam nossos colegas de Instituição – todos nós – é que estejamos sempre convictos e convencidos de que encontramos abrigo em uma Instituição capaz de confortar nossas expectativas e necessidades.

No campo puramente instrumental, orgânico da Instituição, parece em crise a aposta em instâncias de poder díspares e distantes: de administração superior engendrada a partir da Procuradoria-Geral de Justiça e de Órgãos Colegiados de 2ª. Instância até os órgãos primários – e por isso fundamentais – chamados de órgãos de execução.

Em crise porque, passados mais de vinte anos das leis orgânicas estaduais e federal, não foi ainda capaz o Ministério Público brasileiro de conceber forma de aproximação do manejo político e do poder de decisão com as necessidades e demandas dos órgãos de execução. Não há ainda a cultura dos indicadores de necessidades, indicadores de produção e muito menos tem sido consolidado o alinhamento das necessidades dos órgãos de execução com os indicadores sociais.

Tem-se nesse quadro, gestões sucessivas que elegendam prioridades fundadas na experiência comum a todos, fundadas na boa-fé e no amadorístico diálogo interno, mas há sempre o risco de perdimento de

resultados efetivos e duradouros pela opção simplista da política operada como forma de ocupação do poder, tão somente de ocupação do poder.

São animadoras as experiências recentes em São Paulo e em outros Estados da federação que passaram a eleger suas prioridades a partir da definição de metas objetivamente firmadas e de bancos de dados próprios, acessíveis e manejados por todos; áreas específicas – como infância e juventude, educação, atuação criminal, promoção, enfim, da igualdade e a defesa dos direitos sociais começam a se constituir a razão de ser da Instituição e em todos é alimentado o desejo de uma Instituição moderna e resolutiva. São animadoras as experiências recentes de construção do plano geral de atuação a partir do diálogo interno e externo, de reorganização espacial da atuação do Ministério Público, mas, sobretudo, de compreensão de que a hora nos impõe compreender a Instituição como instrumento de concretização dos direitos sociais e de que a legitimidade da pauta de demandas repousa exclusivamente na sociedade civil e depende da nossa capacidade institucional de diálogo.

A constituição de colegiados consultivos, de apoio à eleição de prioridades pode ser o caminho para a aproximação definitiva que existindo no plano organizacional tende a render igual resultado no campo da atividade-fim. O conhecido distanciamento da primeira e da segunda instância; da sensação de abandono comum na primeira e do sentimento de viver em ilha presente na atuação da segunda, haveremos de construir um novo modelo que concilie entendimentos e que atualize a compreensão de unidade institucional.

A ideia-força há de ser a gestão como facilitadora da atuação nos órgãos de execução, que se unem em atuação integrada para o atingimento de metas institucionalmente conhecidas, e que tudo ocorra sob o pálio, a sombra e a segurança da independência funcional que nos é própria.

A aproximação há de ser fechamento e definição de pauta, de agenda institucional, segundo os indicadores extraíveis dos bancos de dados e não dos diálogos assentados exclusivamente na política interna. A

aproximação compartilha o poder, difunde conhecimento, promove o debate e amplia a responsabilidade de todos.

Na distribuição dos recursos e faltantes recursos orçamentários, na eleição de prioridades de expansão (de pessoal e expansão material), a gestão há de ficar adstrita aos critérios objetivos; critérios que não excluem a discricionariedade, antes a confirmam e realçam a sua importância vital para o manejo político consequente. Como crescer e por onde crescer, essa é a responsabilidade primária do gestor da instituição. A gestão republicana obriga a transparência, o planejamento, a prestação de contas e o manejo impessoal do poder político e decisório.

Por óbvio, o que se pode esperar é que todos saibam exatamente qual o papel que lhes cabe executar, sobretudo que sejam capazes de fazer com que os órgãos públicos – essa ficção que o Direito nos concede – sejam capazes de cumprir exatamente o papel que o modelo legal e constitucional lhes reserva. Não há espaço para a confusão de papéis e de funções, exceto para os que se supõem capazes de tudo fazer e, por isso mesmo, nunca contribuem e nem serão lembrados. O ofício de cada um é específico, próprio, e a suposição é a de que por todos sempre será detido. A gestão republicana pressupõe eficiência, como sabemos.

O desconhecimento do seu próprio papel no contexto institucional é algo que o amadurecimento político pode inibir e, por isso também, serão sempre válidas as experiências que ampliem os espaços de participação política, o debate coletivo e transparente. Nada melhor do que o debate democrático. A exposição das ideias e a revelação dos ideais. Os que supõem que tudo podem, em regra, nada fazem, exceto alimentar seu próprio desejo de poder, revelando viverem no mundo sombrio da vaidade desmedida.

Como efeito direito dessa qualificação do processo político ter-se-á o escoramento dos discursos de ocasião, aqueles que provocam mais a oclusão intelectual do que propriamente alimentam a crítica

construtiva. Para muitos, e esse mal é frequente nos discursos políticos em nossa terra, colocar-se contra o sistema esgota o potencial de exercício da crítica.

Não será do mero discurso contestatório que derivará qualquer força libertária; não é do lugar-comum ou das pregações maniqueístas que decorrerá avanço, projeto e transformação positiva, todos sabemos. Qualificar o debate político-institucional: é esse o desafio dos tempos atuais e sempre será essa a cláusula de reserva capaz de qualificar os processos políticos internos.

Nada pode ou deve sofrer uma redução simplista; estamos diante de fenômenos de resolução difícil e talvez até improvável e trata-se, nesse contexto, de lutar contra algo que de há muito imola a todos: o distanciamento entre as instâncias de poder, de decisão e de ação cotidiana e promover internamente um ajustamento que qualifique ainda mais o quanto todos já realizamos.

Por isso, exalto mesmo as experiências recentes; elas nos possibilitaram crescer – permitam-me falar de São Paulo - como de há muito não se via e exalto a sensação de que está em curso a formação de um novo pensamento institucional. Pensamento que passa em revista e atualiza a ideia de unidade institucional, de essencialidade do Ministério Público e da sua própria independência.

Essencial é o Ministério Público livre das amarras e das entranhas dos Poderes do Estado – isso nós sabemos, mas essencial para o povo é também Ministério Público capaz de se apresentar resolutivo das demandas para as quais tenha ele legitimidade de atuação – e para qual demanda social não detém o MP legitimidade de atuação?

Essencial é o MP capaz de consolidar, na atuação prática das Promotorias e Procuradorias de Justiça, o ideal do Estado Social e Democrático de Direito e, por isso mesmo, busca a sua legitimação nos dispositivos inaugurais da República Federativa do Brasil. Menos o art.

127, mais o art. 1º., da Constituição da República. Menos a regra, mais a alma da Constituição.

Essencial é o MP independente, mas nunca independente da sociedade que o abriga e lhe confere razão de ser e de existir; a agenda institucional é refém da realidade dos homens e do Estado brasileiro. Instituição que se abre, recebe e, por isso, não estreita a realidade.

A inclusão das pautas políticas atuais nos impõe conhecer ou ao menos ter acesso a outras formas de conhecimento. Mas que o acesso se dê por meio de iniciativas institucionais, capazes de significar emancipação para a própria Instituição, recusando o modelo comum baseado tão somente na ventura pessoal. Há muitos e em todos os lugares, Colegas capazes de compreender os diversos fenômenos de sugerir pautas propositivas, mas os tempos atuais exigem que os processos de conhecimento sejam institucionalizados e que aquelas vigorosas contribuições sejam socializadas.

As formas de desigualdades presentes na sociedade, que é excludente, não serão nunca solvidas pela Instituição enquanto permanecerem sob o domínio da intelectualidade de um ou de alguns. Por isso, somente se justificam grupos de trabalhos, conselhos temáticos, equipe de estudos, quando há produto capaz de ser institucionalizado. Ou há o aproveitamento institucional de práticas bem sucedidas ou as práticas não devem merecer essa qualificação.

Já não se trata de seguir em busca do conhecimento apenas, mas do conhecimento que emancipa. Não o conhecimento que sugere regulação, que remete à hegemonia do pensamento, influenciado muitas vezes pela cultura que nos educa, mas do conhecimento habilitador do indivíduo e da Instituição e, por isso mesmo, de caráter e efeito emancipatório. Trata-se da função social do saber, da função social do conhecimento.

Redefinir espaços de participação política, institucionalizar formas de conhecimentos, aproximar a Instituição dos movimentos e forças sociais e, com tudo isso, contribuir para o fortalecimento do próprio Estado brasileiro.

Trata-se, então, da missão nobre de definição da ética da política institucional, que mira no fortalecimento do Ministério Público como instituição a serviço da alma da Constituição, que não depende exclusivamente das virtudes morais dos homens, mas, sobretudo, da qualidade moral da própria Instituição. Tornar o MP republicano e eficaz, esse é o desafio permanente.

Na quadra histórica vivenciada pelo Brasil, passadas mais de duas décadas de redemocratização e já consolidada a possibilidade de coexistência do Estado e das organizações não-governamentais, urge que o Ministério Público se habilite a um novo papel, de instrumento de pressão legítima, de articulador e de promotor da defesa de toda sorte de interesse ou direito civil e social. A inserção do Ministério Público no contexto mais amplo e abrangente contribui para a superação do que parece ser tradicional no Brasil: a defesa de interesses localizados, determinados, de categorias e resultantes de negociações específicas.

É natural que as forças sociais almejem seu espaço próprio e o façam por seus modos e meios e segundo suas pautas de reivindicações; há ações legais e ilegais, pacíficas e violentas, persuasivas e coercitivas, mas há um vasto campo de experiências inovadoras que reforçam a organização da sociedade, atuam decisivamente em favor da autodeterminação da sociedade, patrocinam a participação política e tutelam o que é público, ainda que não seja necessariamente Estatal. O que se defende, nesse passo, é que ocorra o atrelamento do Ministério Público à concretização dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais, atuando em regime de proximidade com as representações da sociedade civil.

O que se defende é a independência da Instituição em relação aos Poderes do Estado e a redução do risco de captura desses mesmos movimentos de representação por outra espécie de força, a força política

e partidária. A defesa do regime democrático que nos concedeu a Constituição da República obriga-nos ao patrocínio da democracia participativa.

O que se busca, no entanto, há de ser a consolidação das Instituições, o seu atrelamento permanente a essas forças sociais, a compreensão do presente e a aposta no desenvolvimento político do Estado. Tudo isso nos remete, novamente, à necessidade de serem institucionalizadas formas de conhecimento, de superação da ignorância e de definitivas relações político-institucionais com as representações do Estado e da sociedade civil.

No plano interno, a aproximação das instâncias de poder – de decisão e de execução; no plano externo, a relação propositiva com a sociedade civil; nas entranhas, a institucionalização que torne impessoal o conhecimento adquirido; tudo isso pode nos habilitar à formação de um pensamento crítico e propositivo.

O encontro tem início com a ideia-força que preside o evento: a formação da cidadania no Brasil – da construção da democracia, da relação das formas de produção, os grupos em situação de vulnerabilidade, a reparação de danos e a atuação criminal, o controle do Estado, os direitos fundamentais à educação e saúde, a aplicação da lei penal; tudo, enfim, conformando a noção de cidadania plena.

Temas sobre os quais todos temos alguma contribuição e sobre os quais todos atuamos, direta ou indiretamente. Trata-se, agora, de um projeto um tanto mais ambicioso: partilhar o conhecimento, se deixar contaminar por ideias opostas, formar juízo de valor e de convencimento e, assim, seguir adiante na consolidação de que há entre nós um novo Ministério Público e velhas tarefas a serem realizadas.

Sejam bem-vindos ao debate democrático!